



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIVISÃO DE CONTRATOS E ASSESSORAMENTO JURÍDICO
UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

PROCEDIMENTO N.º 00686.000.053/2025

ORIGEM: SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

RECORRENTE: IDEA TECNOLOGIA LTDA – ME

INTERESSADA: ERICK LUIZ FARIAS CARVALHO

ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO

PARECER

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA A AQUISIÇÃO DE 1 (UMA) AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA (RPAS DRONES), SEM RETK, DOTADA DE CÂMERA TÉRMICA, ZOOM DE 56X. RECURSO ADMINISTRATIVO. DILIGÊNCIA REALIZADA PELO PREGOEIRO PARA ESCLARECIMENTO DA PROPOSTA APRESENTADA. CABIMENTO. ALEGAÇÃO DE QUE A PROPOSTA APRESENTADA NÃO PREENCHE OS REQUISITOS DO EDITAL. FORMALISMO EXCESSIVO. PROPOSTA ADEQUADA AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO CERTAME À EMPRESA VENCEDORA.

I - Trata-se de recurso administrativo apresentado pela empresa **IDEA TECNOLOGIA LTDA. – ME**, referente ao Pregão Eletrônico n.º 027/2025, cujo objeto envolve a aquisição de 1 (uma) Aeronave Remotamente Pilotada (RPAs drones), sem RTK, dotada de câmera térmica, zoom de 56x (Evento 0075, pp. 01 e ss).

Finalizada a fase de lances, a empresa IDEA TECNOLOGIA LTDA. – ME manifestou intenção de recurso (Evento 0075, p. 12), apresentando, posteriormente, as razões de inconformidade (Evento 0074, pp. 01/03).

Foram apresentadas contrarrazões (Evento 74, pp. 4/6).

Após a realização de diligência (Evento 0074, p. 7; Evento 0075, p. 15), o Pregoeiro opinou pelo conhecimento e desprovemento do recurso interposto (Evento 0074, pp. 9/14).

Vieram os autos a esta Unidade de Assessoramento Jurídico para exame.

É o relatório.

Passa-se à análise.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
 DIVISÃO DE CONTRATOS E ASSESSORAMENTO JURÍDICO
 UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

II - DA TEMPESTIVIDADE E ADMISSIBILIDADE

A intenção de recurso foi manifestada durante a sessão de licitação (Evento 0075, p. 12) e as razões de inconformidade devidamente apresentadas no prazo legal (Evento 0074, pp. 01/03).

Os requisitos de admissibilidade intrínsecos e extrínsecos encontram-se presentes (Evento 0074, pp. 01/03; Evento 0075, p. 14), devendo ser conhecido o recurso administrativo interposto.

III – MÉRITO -

Aduz a recorrente, em síntese, que o item 4.3.1.10 do Termo de Referência é expresso ao exigir o fornecimento de uma bateria extra, tendo em vista que o drone, em sua configuração padrão, acompanha apenas uma unidade. No entanto, segundo sustenta, a proposta apresentada pela licitante declarada vencedora não especifica os acessórios que acompanham o equipamento, razão pela qual não atende as exigências editalícias, afrontando aos princípios da legalidade, isonomia e vinculação ao instrumento convocatório.

Não prospera a irresignação.

Inicialmente, correta a diligência realizada pelo Pregoeiro no intuito de esclarecer com precisão os termos da proposta apresentada pela empresa declarada vencedora. O instituto da diligência consagrado entre nós para a complementação de informações, destina-se justamente para a correção de falhas que não alterem a substância dos documentos de habilitação e sua validade jurídica. Adilson Abreu Dallari, mesmo ainda sob o enfoque da Lei 8.666/93, observava que a realização de diligências para a aferição da habilitação dos licitantes envolve um “*direito do licitante*”, independentemente da previsão em edital. Mais precisamente, consignava que “...*esse direito sempre existe e a ele corresponde um dever da Administração em proceder às diligências necessárias à complementação ou correção das propostas, sempre com o intuito de aumentar o universo de proponentes*”. Em outra passagem, complementava: “**A Administração poderá executar diligências não previstas especificamente no ato convocatório. Tais diligências não poderão voltar-se ao exame de requisitos não previstos no ato convocatório. Seu objeto apenas pode ser complementar e comprovar o conteúdo dos documentos. A atividade da Administração não pode ser meramente passiva, sob pena de**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
 DIVISÃO DE CONTRATOS E ASSESSORAMENTO JURÍDICO
 UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

tornar inúteis as exigências contidas no ato convocatório” (o grifo é nosso) (“Aspectos Jurídicos da Licitação”, 7ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, pp. 139/140).

A nova lei de Licitações e Contratos, na mesma direção, autorizou a realização de diligências, detalhando ainda mais as hipóteses de cabimento. Transcreve-se, por oportuno, o artigo 64 da Lei 14.133/2021 que rege, atualmente, a matéria:

“Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - **complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;**

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá **sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica**, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação”.

Portanto, indubitoso o cabimento e acerto da diligência realizada. Além do mais, e sobretudo, em decorrência dela a parte vencedora do certame, veio aos autos e esclareceu que os acessórios por ela destacados na proposta contemplam a bateria extra, afastando, assim, qualquer dúvida que pudesse subsistir sobre o tópico. Transcreve-se, por oportuno, a resposta fornecida pela empresa vitoriosa:

“Em atenção ao questionamento formulado acerca do atendimento ao subitem 4.3.1.10 do Anexo I Termo de Referência do Edital, esclareço que o valor ofertado na proposta final engloba, sim, a bateria extra solicitada, além da bateria principal que acompanha o equipamento (drone). Ressalto que a proposta contempla uma unidade do drone acompanhada da respectiva bateria principal, bem como uma bateria extra adicional, conforme expressamente exigido pelo referido subitem do Termo de Referência, o que garante a conformidade integral com os requisitos técnicos estabelecidos no Edital pelo valor da proposta ora apresentada” (Evento 0075, p. 12).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIVISÃO DE CONTRATOS E ASSESSORAMENTO JURÍDICO
UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

O Termo de Referência, ademais, foi expresso em assentar quais eram os acessórios que deveriam acompanhar o produto objeto da licitação, destacando-se, entre eles, a bateria extra, conforme segue no item 4.3.1.10, a seguir transcrito:

“4.3.1.10. Deve incluir os seguintes acessórios: 01 (um) controle remoto; 01 (uma) bateria extra, considerando que a aeronave já comporta 01 (uma) bateria; 03 (três) pares de hélices; 01 (um) protetor de Gimbal; 01 (um) carregador de bateria; 01 (um) cabo de energia ; 01 (um) cabo USB-C; 01 (uma) maleta de transporte”.

A empresa vencedora, de outra parte, na sua proposta final, foi precisa em destacar que nesta estava incluída, além da aeronave objeto da licitação, também, o “kit de acessórios, conforme Termo de Referência” (Evento 0071, p. 11).

Diante dos elementos destacados, indubitoso o preenchimento dos requisitos do edital, sendo despiciendo quaisquer acréscimos a respeito. A exigência de detalhamento expresso, por extenso, da palavra “bateria extra” seria, por evidente, um formalismo excessivo que não se coaduna com os contornos do princípio do formalismo moderado que impera na atualidade em oposição à perspectiva ultrapassada que faz da forma um fim último da atuação administrativa.

IV - DA HOMOLOGAÇÃO

Compulsados os autos, verifica-se que o objeto da disputa envolvendo a aquisição de 1 (uma) Aeronave Remotamente Pilotada (RPAs drones), sem RTK, dotada de câmera térmica, zoom de 56x, foi devidamente licitado por intermédio do Pregão Eletrônico n.º 027/2025, nos moldes previstos no Edital de Licitação (Evento 0064).

Para tanto, foram juntados aos autos os documentos de habilitação da empresa vencedora (Evento 0070, pp. 01/20; Evento 0071, pp. 01/10; Eventos 72 e 73) e a respectiva proposta (Evento 0071, p. 11), que restou examinada pela área técnica, oportunidade em que se destacou estar “dentro do esperado para a aquisição” (Evento 0068, p. 01).

Na sessão do pregão eletrônico, conforme se infere da Ata de Sessão, foi reconhecida a habilitação da vencedora pelo Pregoeiro, que, em outra oportunidade,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIVISÃO DE CONTRATOS E ASSESSORAMENTO JURÍDICO
UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

igualmente assentiu com o resultado do certame (Informação nº 88/2025-ULic – Evento 0074, pp. 9/14).

Verifica-se, com efeito, à luz do Instrumento convocatório e dos artigos 33 e 34 do Provimento 104/2023, que os documentos mencionados, à época da análise da habilitação, encontravam-se válidos e regulares (Evento 0070, pp. 01/20; Evento 0071, pp. 01/10; Eventos 72 e 73).

De acordo com a Ata da Sessão (Evento 0075, pp. 01/13), foi declarada vencedora do certame a empresa Erick Luiz Farias Carvalho (Evento 0075, p. 12), no valor global de R\$ 34.964,82 (Evento 0075, p. 02). O valor mencionado se encontra abaixo da média de preços elaborada a partir da pesquisa de preços levada a efeito pela área solicitante (Evento 0043, pp. 18/19), que constou, posteriormente, na classificação orçamentária (Evento 0046).

Quanto à proposta (Evento n.º 0082, p. 02) e aos documentos de habilitação apresentados pela empresa vencedora (Evento 0082, pp. 01/02 e 4; Evento 0088; Evento 0089), foram examinados à luz do Instrumento Convocatório e do artigo 34 do Provimento n.º 104/2023 – PGJ, tanto pela área técnica (Evento 0068, p. 01) quanto pela Unidade de Licitações, que, com o intuito de verificar a regularidade da documentação, verificou sua autenticidade (Evento 0071, pp. 01/9) e acostou consultas ao CADIN/RS, CFIL/RS e CEIS (Eventos 72 e 73).

Vieram os autos a esta Unidade de Assessoramento Jurídico, que realizou consulta, na data de hoje, via sistema, ao CADIN/RS, CFIL/RS e CEIS, em atenção ao § 1º do artigo 44 do Provimento n.º 104/2023 – PGJ, não havendo pendências.

V- Diante do exposto, forte nos princípios balizadores do procedimento licitatório, na legislação e regras dispostas no Edital, bem como tendo por base as considerações efetuadas pela área técnica e pelo Pregoeiro, opina-se por **CONHECER** e **DESPROVER** o recurso interposto pela empresa **IDEA TECNOLOGIA LTDA – ME**, razão pela qual opina-se, ainda, pela **AJUDICAÇÃO** do objeto licitado à empresa **ERICK LUIZ FARIAS CARVALHO** e, por fim, pela **HOMOLOGAÇÃO** da licitação.

É o parecer.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIVISÃO DE CONTRATOS E ASSESSORAMENTO JURÍDICO
UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

RONALDO GATTI DE ALBUQUERQUE,
Assessor Jurídico da Unidade de Assessoramento Jurídico.

Visto e de acordo.
RAFAEL RUARO DE MENEGHI,
Coordenador da Unidade de Assessoramento Jurídico.

De acordo.
À consideração do Senhor Diretor-Geral.
ALICE FARINA FRAINER,
Coordenadora da Divisão de Contratos e Assessoramento Jurídico.

Documento assinado digitalmente por (verificado em 19/08/2025 16:20:00):

Nome: **Rafael Ruaro de Meneghi**
Data: **14/08/2025 18:38:01 GMT-03:00**

Nome: **Ronaldo Gatti de Albuquerque**
Data: **14/08/2025 18:41:48 GMT-03:00**

Nome: **Alice Farina Frainer**
Data: **18/08/2025 19:14:00 GMT-03:00**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico: "<http://www.mprs.mp.br/autenticacao/documento>" informando a chave **000047653917@SIN** e o CRC **4.4606.3410**.

1/1



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROCEDIMENTO N.º 00686.000.053/2025

ORIGEM: SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
RECORRENTE: IDEA TECNOLOGIA LTDA – ME
INTERESSADA: ERICK LUIZ FARIAS CARVALHO
ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO

ACOLHO o parecer e, na medida em que adoto seus próprios e jurídicos fundamentos, **DECIDO CONHECER** e **DESPROVER** o recurso administrativo interposto pela empresa **IDEA TECNOLOGIA LTDA – ME**.

De outra parte, **AJUDICO** à empresa **ERICK LUIZ FARIAS CARVALHO**, no valor global de R\$ 34.964,82, e **HOMOLOGO** o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2025, em conformidade com o inciso IV do artigo 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e inciso IV do artigo 44 do Provimento n.º 104/2023 - PGJ.

Por fim, **ORDENO** a despesa referente ao presente procedimento licitatório, conforme proposta apresentada e informações contidas na Ata da Sessão do Pregão Eletrônico mencionado.

Encaminhe-se o expediente à Divisão de Compras para providenciar a publicação do extrato da decisão e efetuar os registros pertinentes.

Após, envie-se os autos à Assessoria de Planejamento e Orçamento para provisionar valores e providenciar o empenho da despesa.

Feito isso, à solicitante.

DIRETOR-GERAL.

Documento assinado digitalmente por (verificado em 19/08/2025 16:20:00):

Nome: **Rogério da Silva Meira**

Data: **19/08/2025 15:08:02 GMT-03:00**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico:

"<http://www.mprs.mp.br/autenticacao/documento>"

informando a chave **000047653918@SIN** e o CRC **19.4292.7241**.

1/1



MPRS

Ministério Público
do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 21 de agosto de 2025.

Edição n. 4088

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N. 303/2025

**O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
RESOLVE:**

REVOGAR

- a contar de 21 de abril de 2025, a Portaria n.º 0653/2022/SUBADM, que designou a servidora MARIANE PEIXOTO PIRIZ WEIRICH, ID n.º 3451410, Analista do Ministério Público - Direito, para exercer a função de Secretária Substituta de Direção de Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro (PGEA 00576.000.429/2025 – Port. 2748/2025/SUBADM).

- a contar de 18 de agosto de 2025, a Portaria n.º 2718/2025/SUBADM, que designou o servidor efetivo GILMAR ROBERTO DUARTE FERREIRA, ID n.º 3428974, Auxiliar Administrativo, para exercer a função de Substituto Secretário-Geral de Direção de Promotoria de Justiça de Lavras do Sul (PGEA 00576.000.430/2025 – Port. 2749/2025/SUBADM).

- a contar de 27 de setembro de 2024, a Portaria n.º 3602/2022/SUBADM, que designou o servidor CLAUDIOMIRO DE VARGAS PAZ, ID n.º 3362736, Assistente de Promotoria de Justiça, para exercer a função de substituto de Secretário-Geral de Direção da Promotoria de Justiça de Antônio Prado (PGEA 00576.000.431/2025 – Port. 2750/2025/SUBADM).

- a contar de 09 de abril de 2025, a Portaria n.º 0207/2024/SUBADM, que designou o servidor DIONISIO RODAL SILVEIRA, ID n.º 4878485, Técnico do Ministério Público, para exercer a função de substituto de Secretário-Geral de Direção da Promotoria de Justiça de Dom Pedrito (PGEA 00576.000.432/2025 – Port. 2751/2025/SUBADM).

- a contar de 23 de setembro de 2024, a Portaria n.º 0349/2023/SUBADM, que designou a servidora SABRINA PORCIUNCULA DA SILVA CONTE, ID n.º 4445589, Analista do Ministério Público - Direito, para exercer a função de substituto de Secretário-Geral de Direção da Promotoria de Justiça de Portão (PGEA 00576.000.433/2025 – Port. 2752/2025/SUBADM).

- a contar de 16 de maio de 2025, a Portaria n.º 2485/2022/SUBADM, que designou o servidor ODAIR BARALDI, Técnico do Ministério Público, ID n.º 4555988, para exercer a função de Secretário-Geral de Direção da Promotoria de Justiça de Camaquã (PGEA 00576.000.434/2025 – Port. 2753/2025/SUBADM).

- a contar de 18 de novembro de 2024, a Portaria n.º 0364/2022/SUBADM, que designou o servidor LUIZ ROBERTO LINS ALMEIDA, ID n.º 3713679, Analista do Ministério Público - Direito, para exercer a função de Secretário-Geral de Direção de Promotoria de Justiça de Ivoti (PGEA 00576.000.435/2025 – Port. 2754/2025/SUBADM).

NOMEAR

- ANA PAULA DA SILVA CORREA, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial I, CC-07, deste Órgão (PGEA 00021.000.127/2025 – Port. 2759/2025/SUBADM).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 18/08/2025, no cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça I, CC-06, MARIA HEISE ALVES KROTH, tendo entrado em exercício em 20/08/2025.

- habilitada para tomar posse, a contar de 14/08/2025, no cargo de Técnico do Ministério Público, classe "A", PRICILA REJANE DA SILVA SCHMIDT, tendo entrado em exercício em 20/08/2025.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de agosto de 2025.

HERIBERTO ROOS MACIEL,

Procurador de Justiça,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO N.º 01194.000.149/2025**

CONTRATADO: JOSÉ FERNANDO GONZALEZ; **OBJETO:** Contratação do profissional para compor a Banca Examinadora do 51º Concurso Público para Ingresso à Carreira do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul na qualidade de examinador da disciplina de Direito Processual Penal; **VALOR TOTAL:** 224.195,42; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Órgão 09.79/09.01, Recurso 0164/0011, Projeto 9024 /6420, NAD 3.3.90.39/3.3.90.47, Rubrica 3910/4701; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 74, "caput", da Lei Federal n.º 14.133/2021; **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 19 de agosto de 2025.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA Nº 0009/2025
PROCEDIMENTO Nº 02405.000.020/2025**

CONTRATADA: ALFA SUL ENGENHARIA LTDA; **OBJETO:** acrescer e suprimir, relativamente ao objeto do ajuste, materiais e serviços, resultando no incremento de R\$ 113.530,11 (cento e treze mil, quinhentos e trinta reais e onze centavos) ao preço total do ajuste; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UO. 09.79, Recurso 0164, Projeto 9024, Natureza da despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** nos artigos 124, inciso I, alíneas "a" e "b", e 125, da Lei Federal n.º 14.133/2024, e na cláusula sétima do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de agosto de 2025.

ROGERIO DA SILVA MEIRA,
Diretor-Geral, em substituição.

**SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO N.º 01194.000.170/2025**

CONTRATADO: Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências - FUNDATEC; **OBJETO:** prestação de serviços de (a) diagramação, impressão, digitalização, leitura de dados e elaboração de relatório gerencial e fornecimento de imagens das folhas ópticas da prova preambular; (b) diagramação e impressão dos cadernos da prova preambular; (c) diagramação, impressão, digitalização, e fornecimento de imagens dos cadernos de respostas das provas discursivas; e (d) diagramação, impressão, digitalização e fornecimento de imagens das listas de presença nas provas preambular e discursivas, referentes ao 51º Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; **VALOR TOTAL:** R\$ 65.917,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Órgão 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, NAD 3.3.90.40, Rubrica 4006; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 75, inciso III, alínea "a", da Lei Federal n.º 14.133/2021;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de agosto de 2025.

ROBERVAL DA SIQUEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**RECURSO ADMINISTRATIVO
PROCEDIMENTO N.º 00686.000.053/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 27/2025**

A Procuradoria-Geral de Justiça, relativamente ao procedimento licitatório que tem como objeto a aquisição de aeronave remotamente pilotada (RPA – drone), torna público, para os devidos fins, que decidiu, pelo conhecimento e pelo desprovisionamento do recurso administrativo interposto por IDEA TECNOLOGIA LTDA - ME, a fim de AJUDICAR o objeto do certame à empresa ERICK



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



MPRS

Ministério Público
do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 21 de agosto de 2025.

Edição n. 4088

LUIZ FARIAS CARVALHO e HOMOLOGAR o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27//2025, em conformidade com o inciso IV do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021. **FUNDAMENTO LEGAL:** princípios, legislação e regras do ato convocatório.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de agosto de 2025,
ROGERIO DA SILVA MEIRA,
Diretor-Geral em exercício.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 9/2025 CAODH

O COORDENADOR DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS E DA PROTEÇÃO AOS VULNERÁVEIS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 01802.000.311/2025. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Nova Prata. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Aline Beatriz Bibiano. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata. **OBJETO:** Apurar possíveis irregularidades decorrentes da falta de acessibilidade na Comunidade Terapêutica Fazenda São Francisco na cidade de Nova Bassano.. **INVESTIGADO(S):** PACTO PASTORAL DE APOIO AO TOXICÔMANO. **LOCAL DO FATO:** Nova Bassano/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01656.001.015/2024. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Guilherme Vicari. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. **OBJETO:** Apurar a configuração de improbidade administrativa a partir de denúncia trazida pelo Conselho Municipal da Saúde de Arroio dos Ratos, decorrente da contratação de uma Ouvidoria sem prévia aprovação do Conselho Municipal de Saúde. **INVESTIGADO(S):** Município de Arroio dos Ratos. **LOCAL DO FATO:** ARROIO DOS RATOS/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01898.000.666/2024. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Tapera. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Diego Mendes de Lima. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapera. **OBJETO:** Apurar a necessidade de adequações em Consultórios Odontológicos do Município de Tapera, conforme Of. CRO/RS 03032/2024 encaminhado pelo Conselho Regional de Odontologia relatando possíveis irregularidades.. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Tapera/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01602.000.317/2025. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Tássia Bergmeyer da Silveira. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. **OBJETO:** Denúncia Anônima - Irregularidade na Contratação Residencial Terapêutico. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Alvorada/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO

PROCEDIMENTO: 01730.000.306/2024. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Campina das Missões. **PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Lucas Ritzmann Engel. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campina das Missões. **OBJETO:** Apurar eventuais irregularidades em agendamentos que estariam ocorrendo na Secretaria da Saúde de Cândido Godói/RS. **INVESTIGADO:** Janete da Silva Nunes. **LOCAL DO FATO:** Cândido Godói/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 02378.002.057/2024. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Vanessa Casarin Schütz. **CLASSIFICAÇÃO:** 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. **OBJETO:** Regularidade do convênio entre o município de Xangri-Lá e o Hospital Life Plus Litoral Norte LTDA. **INVESTIGADO(S):** Município de Xangri-Lá, Hospital LifePlus Litoral Norte Ltda. **LOCAL DO FATO:** Xangri-Lá/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01804.000.136/2025. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Palmares do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Lucas Cruzeiro Codeceira. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Palmares do Sul. **OBJETO:** Apurar ato ímprobo decorrente do abandono da Casa de Cultura e Biblioteca de Palmares do Sul. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Palmares do Sul/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. Nº DO PROCEDIMENTO: 00729.000.274/2025. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Débora Jaeger Becker. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul. **OBJETO:** Acompanhar o funcionamento da ILPI Carlos Mauricio Rezende Oliveira (Residencial Duda Rezende, CNPJ: 13.435.605/0001-57), localizada na Rua Borges de Medeiros, nº 333, bairro Carvalho, Cachoeira do Sul/RS.. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Cachoeira do Sul. **CAO comunicado:** CAO DOS DIREITOS HUMANOS E DA PROTEÇÃO AOS VULNERÁVEIS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01506.000.589/2025. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de Canoas. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Marcelo Trevizan. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. **OBJETO:** apurar noticiada ocorrência de prática de intolerância religiosa e censura cultural por parte do Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Canoas. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Canoas. **CAO comunicado:** CAO DOS DIREITOS HUMANOS E DA PROTEÇÃO AOS VULNERÁVEIS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01506.003.303/2024. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de Canoas. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Marcelo Trevizan. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. **OBJETO:** Apurar irregularidades nas Unidades de Saúde Marisa Lourenço da Silva, Coronel Olympio e Morretes, apuradas por ocasião de vistorias realizadas pelo Conselho Regional de Odontologia. **INVESTIGADO(S):** Não informado. **LOCAL DO FATO:** Canoas. **CAO comunicado:** CAO DOS DIREITOS HUMANOS E DA PROTEÇÃO AOS VULNERÁVEIS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00740.013.095/2024. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de Canoas. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** João Paulo Fontoura de Medeiros. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. **OBJETO:** Apurar possíveis irregularidades no



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Diretor-Geral

Protocolo: 2025001309398

AVISO DE LICITAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pelo presente, com base nas atribuições estabelecidas na Lei Complementar nº 14.130/12, e considerando o atendimento às disposições legais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21 e Resolução DPGE/RS nº 23/2023, o Diretor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul **ADJUDICA** e **HOMOLOGA** o procedimento licitatório abaixo:

Processo nº 25/3000-0000768-0

Pregão Eletrônico nº 37/2025

Lote 01: IRMAOS BOHRER ELETRO ELETRONICOS LTDA-ME – CNPJ: 08.394.735/0001-59

Lote 02: TRIARC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – CNPJ: 59.555.966/0001-38

Lote 03: CONSTRUTORA E COMERCIO MANOEL CARLOS LTDA – CNPJ: 12.372.619/0001-06

Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul
Rua Sete de Setembro, nº 666, Centro Histórico – Porto Alegre – RS

Publique-se.

Porto Alegre, 18 de agosto de 2025.

ROGERIO NEJAR DOS SANTOS
Diretor-Geral

MINISTÉRIO PÚBLICO

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ
Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80
Porto Alegre / RS / 90050-190

Unidade de Licitações

LUCIANO FERNANDES TEIXEIRA
Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80
Porto Alegre / RS / 90050-190

Licitações

Protocolo: 2025001308321

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 38/2025 (PGEA nº 02459.000.456/2025). **Critério de julgamento** : Menor preço por lote. **Objeto** : Aquisição de quadros magnéticos brancos, cavaletes e murais, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas** : 02/09/2025, às 12 horas. **Data e horário de início da disputa de preços** : 02/09/2025, às 14 horas. **Local**: www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página** : <https://www.mprs.mp.br/licitacao/> e www.pregaobanrisul.com.br. **Informações gerais** : licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal** : Lei Federal n.º 14.133/2021.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de agosto de 2025.

Luciano Fernandes Teixeira,
Coordenador da Unidade de Licitações.

Protocolo: 2025001309292

RECURSO ADMINISTRATIVO PROCEDIMENTO N.º 00686.000.053/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 27/2025

A Procuradoria-Geral de Justiça, relativamente ao procedimento licitatório que tem como objeto a aquisição de aeronave remotamente pilotada (RPA – drone), torna público, para os devidos fins, que decidiu, pelo conhecimento e pelo desprovisionamento do recurso administrativo interposto por IDEA TECNOLOGIA LTDA - ME, a fim de ADJUDICAR o objeto do certame à empresa ERICK LUIZ FARIAS CARVALHO e HOMOLOGAR o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2025, em conformidade com o inciso IV

do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021 . **FUNDAMENTO LEGAL:** princípios, legislação e regras do ato convocatório.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA , em Porto Alegre, 20 de agosto de 2025,

RO GERIO DA SILVA MEIRA ,
Diretor-Geral em exercício .

Prefeituras/Câmaras/Entidades/Esferas Federais

AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DO RS

Protocolo: 2025001309024

AVISO DE LICITAÇÃO Processo 25/9301-0001163-8

Objeto: Contratação de empresa ou instituição que forneça força de trabalho qualificada e serviços especializados para execução dos programas de gerenciamento de resíduos sólidos e programa de educação ambiental, e atuação nas rotinas das demais condicionantes no âmbito do licenciamento ambiental das unidades de Rio Grande e Pelotas.

A Presidência da Portos RS – Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S.A, torna público que, ocorrerá a sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 0023/2025** , por meio da utilização de internet através do portal de Compras Pregão Online Banrisul, a ser realizada no dia **11/09/2025** . O Edital na sua íntegra encontra-se disponível no site www.pregaobanrisul.com.br e www.portosrs.com.br

Protocolo: 2025001309456

TERMO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO Nº 0012/2025 Processo nº: 25/9301-0001643-5

ESPÉCIE: Inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 30, inciso II, letra f, da Lei Federal n.º 13.303/2016 c/c art. 14 do RILCC da Portos RS.

FAVORECIDO: INOVE Treinamentos e Capacitação Ltda - CNPJ nº 50.088.618/0001-23.

OBJETO: Inscrição de 03 (três) funcionários no evento 3º SEMINÁRIO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - LICITAÇÃO, GESTÃO CONTRATUAL, USO DO BIM E DA IA, que ocorrerá presencialmente, nos dias 25 a 27 de agosto de 2025, na cidade de Brasília/DF.

VALOR TOTAL: R\$ 14.970,00 (quatorze mil, novecentos e setenta reais).

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Reserva de Recurso nº 160/2025;

AUTORIZAÇÃO EM: 14/08/2025.

Rio Grande, em 20 de agosto de 2025.

AUTORIZO a Inexigibilidade de Licitação nos termos do art. 30, inciso I, da Lei Federal n.º 13.303/2016 c/c art. 14 do RILCC da Portos RS.

João Alberto Gonçalves
Diretor de Gestão, Administrativa e Financeira da Portos RS

RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nos termos do art. 30, inciso I, da Lei Federal n.º 13.303/2016 c/c art. 14 do RILCC da Portos RS.

Cristiano Pinto Klinger
Presidente da Portos RS

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

Protocolo: 2025001309164

AVISO DE LEILÃO

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:

LOTE 01 – CAXIAS DO SUL/RS: Venda do imóvel da Matrícula Nº 14.988, do Ofício de Registro de Imóveis da 2ª Zona da Comarca de Caxias do Sul / RS, contemplando Prédio industrial com área de 1.353,63 m², e o respectivo terreno urbano com área de 1.449,59 m², situado na Rua José Olivo Kuquertt, nº 228 (esquina com a rua João Fabro), Bairro Ana Rech. Ocupado.

Lance mínimo: R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Data do leilão: 28 de agosto de 2025 (quinta-feira), às 09h e 30min.

O edital, a descrição do lote com fotos e demais informações estão disponíveis no site da leiloeira www.pestanaleiloes.com.br . Informações através do telefone **(51) 3535-1000** ou pelo e-mail imoveis.empresarial@pestanaleiloes.com.br . Caso a venda não ocorra na data estipulada acima, será realizado outro leilão, permanecendo as mesmas condições publicadas nesse Edital.

Porto Alegre, 21 de agosto de 2025.